

Justiça libera contratação de mais 1.650 professores

Temporários começam a trabalhar na rede pública a partir de terça-feira

Acordo entre o Ministério Público e a Secretaria de Educação permitirá que mais 1.650 professores temporários sejam convocados para resolver imediatamente o problema de falta de professor nas escolas. A autorização foi dada pelo Tribunal de Justiça. A contratação será válida por, no máximo, 60 dias. Esse foi o prazo dado para que a secretaria apresente um plano de redução dos temporários.

A secretária de Educação, Vandercy Antônia de Camargos, garantiu que, terça-feira, os professores estarão em sala de aula. Ela demonstrou alívio ao assinar o acordo e garantiu: "Se houve erro da Secretaria de Educação neste momento vai ser corrigido. Estou contando com o apoio de toda a minha equipe para cumprir com o que me foi exigido pela Justiça".

A lista dos convocados deve ser publicada domingo e os professores deverão comparecer às regionais de ensino segunda-feira para assinatura do contrato. De acordo com Vandercy de Camargos, cerca de 57 mil alunos foram prejudicados com a falta de pelo menos um professor desde o início do ano.

Ela explica que as vagas não foram ocupadas por concursados, pois são originadas por professores que estão de licença médica e que devem retornar ao posto de trabalho antes do fim do contrato de 60

dias, ocasião em que haverá a rescisão.

A solução definitiva deverá ocorrer com a contratação de concursados e pelo remanejamento dos professores que trabalham nas regionais de ensino, situação de cerca de dois mil professores. A secretaria pedirá também a volta dos requisitados que prestam serviço em outros órgãos.

Pelo acordo, a secretária terá de fornecer o número de professores temporários por escola e definir metas de percentual de contratações por unidade de ensino.

ACORDO - A audiência de conciliação entre o Ministério Público e a Secretaria de Educação foi realizada terça-feira, na Quinta Vara da Fazenda Pública do Distrito Federal. O promotor Alexandre Sales, da Promotoria de Patrimônio Público e Cultural, explicou que o acordo foi feito em razão de falta de planejamento e de recursos humanos na Educação.

Ele faz um apelo para que todos os convocados compareçam à secretaria com urgência. "Nossa intenção é evitar um prejuízo maior do ano letivo", disse Marcos Donizeti Sampar, da Promotoria de Educação. Segundo ele, a secretaria de Educação poderá ser responsabilizada pessoalmente em caso de quebra de acordo.

FERNANDO RODRIGUES/10.9.2004



Vandercy de Camargos: "57 mil alunos já foram prejudicados"